

INCÔMODA HISTÓRIA. COLÔNIA E PASSADO NO BRASIL¹

Carlos Ziller Camenietzki

Há quase vinte anos saía publicado, em São Paulo, *Dialética da Colonização* do professor Alfredo Bosi, pela prestigiada Companhia das Letras.² A época não era das mais felizes para o mercado editorial brasileiro, nem para a reflexão sobre o Brasil e sobre os resíduos pregressos que ainda teimavam em nos acompanhar. Porém, o livro desfrutou de largo sucesso no meio intelectual, nas faculdades de Letras, História e Filosofia.

Bosi, seguindo um modelo narrativo bastante antigo, inicia sua reflexão com uma larga introdução etimológica em que explica a origem do termo “colônia”, seus usos arcaicos, e desenvolve um raciocínio sobre a condição colonial em que se encontrava o Brasil durante os três primeiros séculos de nossa existência. Retomemos sua exposição: a palavra portuguesa “colônia” deriva do verbo latino *colo* que significa “eu moro no campo”, “eu ocupo a terra” e, por extensão, “eu cultivo a terra”. *Colonia* então, seria um substantivo latino que designava o lugar em que se trabalhava o campo, a fazenda, em português contemporâneo.

Mas a prole daquele verbo latino, explicava o professor da USP, também se estende a outras palavras do português, situadas em campo semântico bastante diferente da vida agrária. Sobretudo a palavra “cultura”, derivada também de *colo*. Com essa abertura de sua reflexão, ele inicia a discussão da condição colonial e a sua própria interpretação do Brasil.

Há, contudo, que se notar o enorme período entre as origens latinas de um termo e seu uso contemporâneo nas línguas vernáculas. Por certo, a etimologia sempre ajudou o desenrolar dos debates filosóficos e também parece útil utilizá-la nesta interrogação sobre a condição colonial. Contudo, é restritor desvalorizar as talvez ricas considerações sobre a evolução dos seus significados ao longo dos quase dois mil anos, que separam a época clássica daquela em que as modernas línguas latinas se fixaram. Se nos é fácil perce-

ber que a *colonia* latina significava “fazenda”, “terra ocupada e trabalhada”, não é tão evidente reconhecer, neste termo latino, o sentido que esta palavra adquiriu a partir de finais do século XVIII.

Desde os tempos romanos, a antiga fazenda latina transformou-se numa vasta extensão de terra, ocupada por uma multidão de gente vivendo em modo civil e sofisticado. Houve inclusive quem justificasse esse domínio como forma de propagar a “civilização” e os seus próprios modos de vida, considerados melhores, senão os melhores. Na segunda metade do século passado, essa fazenda romana, virou uma nação inteira dominada pela força das armas por gente estranha, domínio sempre associado à violência. No terreno dos discursos econômicos, associou-se a uma usurpação das riquezas locais em favor de uma metrópole tão distante quanto brutal. Essa colônia do século XX incorporava ainda a diversidade de culturas e de línguas e era coisa que se esperava combatida pelos povos do mundo. Agora, em pleno século XXI, décadas depois das guerras de descolonização, o termo parece ter se revestido de um conteúdo bem menos dramático...

Antes de vestir esse último significado, a *colonia* latina também já serviu ao uso militar, significando “posto avançado em terra hostil”. Em época antiga, também designava o grupo humano que se enviava para viver numa terra distante. Com a enorme expansão ibérica, nos primeiros tempos da Época Moderna, este último sentido acabou predominando, ao menos no Brasil; designava quase sempre um posto, um ponto de penetração, na fronteira da ocupação portuguesa. Este significado da palavra é encontrado no *Vocabulário Português Latino* do padre Raphael Bluteau, publicado em Coimbra, no ano de 1712: “Colônia. Gente que se manda para alguma terra novamente descoberta, ou conquistada, para a povoar. A mesma terra assim povoada também se chama colônia”³.

Colhendo sempre exemplos da literatura produzida no Brasil: tomemos o *Caramuru* do franciscano José de Santa Rita Durão, publicado pela primeira vez em 1781, quando o termo já ganhava o conteúdo registrado mais acima: um conjunto de pessoas, um Estado, subordinado politicamente a outro, distante. O religioso usa diversas vezes esta palavra, se referindo às tentativas de implantação de gente não-portuguesa nos domínios lusitanos do Novo Mundo:

Era Nassau nas armas celebrado,
Com que ilustrava o excelso nascimento,
Príncipe então no Império respeitado

Nutrindo igual ao sangue o pensamento:
 Entrou de forte armada acompanhado,
 E no Arrecife situando o assento,
 Levantou fortes, e em países belos
 Guarneceu as colônias com castelos.⁴

Em outras passagens, Santa Rita Durão reafirma o sentido um tanto militar, exploratório, de se fundar uma colônia. Por exemplo:

Era de França sim a adversa gente;
 Mas por culto inimigo ao Rei contrária,
 E ao rito calvinístico aderente,
 Enviava ao Brasil tropa adversaria:
 E protegida da acção potente
 Com as forças, e Armada necessária,
 Queriam para a infanda cerimônia
 Fabricar a Calvino uma colônia.⁵

Certamente, ele não se referia à formação de uma fazenda. Tratava-se de uma implantação de gente, ademais imprópria, estrangeira, em terras portuguesas. Ainda por cima, o tal implante seria calvinista! Confissão herética, segundo Santa Rita Durão. Mas a palavra também é utilizada por ele para designar o conjunto dos domínios portugueses no Novo Mundo, neste caso, de modo bastante elogioso: “nem duvida que seja em tempo breve/ a colônia melhor que a Europa teve”.⁶ De fato, o termo aparentemente anda bastante próximo a seu uso contemporâneo, quando o autor descreve o processo de ocupação dos lusitanos na América, ao menos quando ele se refere aos primeiros anos da conquista.

A poesia da América Portuguesa também deixou outro testemunho valoroso dos usos deste termo. Basílio da Gama, tratando da guerra entre os índios e seus aliados jesuítas enfrentando portugueses e espanhóis, em seu conhecido poema *Uraguai* se serve algumas vezes do termo “colônia”. Cacambo, o chefe indígena dos Sete Povos, ao ver Catâneo (Gomes Freire de Andrade, o general português) lhe faz um discurso em que apresenta suas razões. O índio vivia num domínio da coroa de Espanha e, em meio a considerações sobre a terra de seus antepassados, comenta o acordo diplomático em que os Sete Povos das Missões passaria a domínio de Portugal, em troca da Colônia do Sacramento:

Eu já vi a colônia portuguesa
 Na tenra idade dos primeiros anos,
 Quando o meu velho pai cos nossos arcos
 Às sitiadoras tropas castelhanas
 Deu socorro, e mediu convosco as armas.⁷

A colônia a que se refere o poeta é Sacramento, a ocupação portuguesa que fora motivo de conflitos bélicos desde sua instalação. Também não tem por referente o conjunto da América Portuguesa a utilização do termo na nota de pé de página que Basílio da Gama colocou na primeira edição de seu texto.⁸

Enfim, não será exagerado considerar que, para estes escritores, o termo de se trata aqui designa principalmente um assentamento produtivo em terra hostil, envolto em certa provisoriidade, coisa que não se percebe com facilidade na análise etimológica. Note-se que esta é poesia versando sobre temas ligados à expansão dos domínios portugueses na América: o início da ocupação da Bahia (*Caramuru*), o choque fronteiriço com os domínios espanhóis (*Uraguai*). A mesma lógica também pode ser verificada na poesia que celebrava a ocupação da Amazônia – *Muhuraida*.⁹ Mas a literatura do Brasil desses tempos não estava restrita aos cenários das fronteiras ao norte, ao sul e ao oeste da América Portuguesa, bastante afeitos à lírica do heroísmo.

A literatura urbana, produzida sobre temas tipicamente urbanos, também nos deixou importantes resíduos, ou importantes lacunas, que ajudam a entender o uso da palavra “colônia” durante os séculos do domínio português. Tomemos escritores ativos na primeira metade do século XVIII; simplificando, tomemos apenas Sebastião da Rocha Pita e sua obra *História da América Portuguesa*. Nela, não se vê em momento algum a referência ao Brasil em seu conjunto, à América Portuguesa, como colônia de Portugal. Para ele, a idéia de colônia não caberia a esta terra. Rocha Pita não vivia e não trabalhava numa fazenda ou em uma “ocupação em terra hostil”.¹⁰ Ele simplesmente não reconhecia essa condição na terra em que vivia, no lugar do mundo que era objeto de sua História. Aliás, para os homens do final do século XVII e das primeiras décadas do XVIII, “colônia” é algo também transitório. Dura pouco tempo, ou vira aldeia, mais tarde, vila, cidade, ou se desfaz por força do assédio inimigo ou da obsolescência.

Os Acadêmicos Esquecidos da Bahia, do que Rocha Pita era importante animador, reuniram-se para escrever a História da terra em que viviam e “colônia” não é termo atribuível àquilo que escolheram como objeto; a palavra ainda tem o mesmo significado indicado acima: “posto avançado

em terra inimiga”.¹¹ Para eles, a Bahia era uma cidade importante com estruturas jurídicas, políticas, sociais sólidas e ativas havia mais de um século. A palavra não caberia, e com ela a idéia mesma de viver numa “colônia” – no sentido do século XX: domínio estrangeiro que tudo definia à distância e que lhes tomava as riquezas, a autodeterminação, a própria identidade.

Este último sentido da palavra aparece apenas quando os do Brasil começam a compreender que vivem e podem viver perfeitamente sem o domínio português. Ou seja, a fazenda romana só se transforma em colônia quando a condição colonial está em vias de extinção ou já extinta. Em suma, entre os brasileiros dos séculos XIX e XX, o sentido contemporâneo da palavra “colônia” é um feito da História escrita, da política, e não do passado. Aqueles que viviam nos domínios portugueses do Novo Mundo ao longo dos primeiros duzentos e cinquenta anos de sua existência desconheciam este sentido da palavra e não falavam desta condição. Para Antônio Vieira, Simão de Vasconcelos, Alexandre de Gusmão, Antônio de Sá, Gregório de Matos, e para os demais escritores do Brasil dos séculos XVII e XVIII (ao menos até a primeira metade) “colônia” não era aplicável ao Brasil.

Tomemos o exemplo de Gregório de Matos. Este celebrado “poeta maior” da Bahia seiscentista escrevia uma poesia urbana, voltada para acontecimentos e personagens urbanos.¹² O objeto principal de suas críticas são os costumes urbanos da Bahia; são as estruturas políticas, jurídicas, religiosas, a moral e o exercício do poder. Mais fala ao poeta uma tintureira que um lavrador, uma freira que um vaqueiro; mais lhe interessa um sermão que uma missão. Mais cabe nos seus versos a moral dos poderosos e os sofrimentos do povo miúdo que a expansão para o interior da América Portuguesa. Sua sátira aguda não deixa perceber que o poeta vivia numa colônia, em nenhum dos sentidos apontados até agora. “Colônia” para ele era Sacramento. A Bahia era cidade portuguesa importante, nada tinha em comum com uma fazenda ou com uma implantação em terra estrangeira. Salvador, nos tempos do poeta, não poderia se confundir com uma fortaleza. De fato, a cidade se fazia representar nas cortes do reino e dispunha do Tribunal da Relação, estrutura jurídica importante do reino.

Para sair um pouco da poesia, Francisco de Brito Freyre, na sua famosa *Nova Lusitânia*, não se refere ao Brasil como colônia de Portugal em nenhuma passagem. Para ele, militar que era e governador de Pernambuco, “colônia” é implantação em terra hostil. Os interessados em “fundar colônias”¹³ são os holandeses. Bem antes dele, em 1627, Frei Vicente do Salvador na sua História do Brasil sequer usa o termo “colônia” em sentido algum.¹⁴

Ao contrário do que pode parecer, os autores e as obras do século XVI também não tratavam o Brasil como colônia. Pelo mais comum, usavam a palavra “província” para designar o conjunto, ou partes, dos domínios portugueses na América. Pero Magalhães Gândavo, importante humanista português, nos seus escritos sobre o Brasil, não fala de uma “colônia” em nenhum de seus livros. Bento Teixeira, na sua *Prosopopéia* também ignora a palavra, como se o seu referente fosse coisa estranha ao que fazia Jorge de Albuquerque Coelho.¹⁵ Aliás, quando a ocupação do Brasil mais se pareceria com o que os homens do século XVI designavam por colônia, a palavra não era utilizada.

De fato, um problema silencioso com o qual se defrontam os historiadores está ligado à enorme extensão territorial do Brasil e a também enorme diversidade de implantação dos portugueses. Os modos de conquista e ocupação utilizados na Bahia e em Pernambuco, para falar apenas dos mais antigos, são muitíssimo diferentes entre eles, e mais ainda diferentes daqueles da ocupação do interior da América Portuguesa cem anos depois. Modelar o Brasil do início do século XVIII por São Paulo é tão estranho quanto fazê-lo por Pernambuco, ou pensar os domínios portugueses na América a partir do Rio de Janeiro em meados do século XVII é tão deslocado quanto fazê-lo pelo Maranhão.

Qualquer conceito-síntese para o conjunto do território trai essa diversidade. “Colônia” (em seu significado atual) é um desses conceitos. É idéia que só faz sentido quando o Brasil já é um ente capaz de suportar identidades coletivas próprias e, portanto, capaz de sonhar com, e de buscar, o autogoverno. Em outros termos, sua autonomia política. Efetivamente não é isso que se pode ver na literatura escrita por gente de língua portuguesa, do Brasil ou da Europa, nos séculos da “colonização”.

De pouco adiantaria este esforço de reconhecimento dos sentidos e usos de uma palavra se os problemas identitários não aparecessem ligados a ela. Afinal, um certo anacronismo é perfeitamente cabível na discussão acerca da condição brasileira ao longo dos três primeiros séculos de sua constituição, sobretudo se o domínio por outrem é coisa que se encontra na ordem do dia. Contudo, a pauta que animou essa discussão já se foi: o sofrido ciclo da descolonização encerrou-se há mais de trinta anos. Tratar de “colônia” os domínios portugueses na América, além de anacrônico, soa um tanto arcaico nos tempos atuais, ou pelo melhor, soa escolar.

De fato, as relações que envolviam a gente do Brasil e a de Portugal não eram percebidas como relações de dominação externa por parte daqueles do Velho Mundo sobre os que viviam na América Portuguesa – ao menos

durante os três primeiros séculos da ocupação desta terra. A percepção da condição colonial é, sem dúvida, o ponto central desta exposição até aqui; e ela tem por pré-condição o amadurecimento de uma identidade que se cria diferente e oposta àquela “metropolitana”.

Pois bem, os do Brasil dos três primeiros séculos de sua existência se viam como portugueses, eram vistos como portugueses e eram efetivamente portugueses. Nascidos na Bahia, no Alentejo, em Pernambuco, no Algarve, no Rio de Janeiro ou na Beira, em Lisboa, em Coimbra, no Porto eram todos portugueses e eles se definiam desse modo. Tomemos exemplo numa obra publicada em Lisboa no contexto dos debates que se seguiram à Restauração da independência política de Portugal face à Monarquia Católica de Espanha. *A Oração Apodixica aos cismáticos da pátria* é livro de controvérsia política sobre o governo de D. João IV e incita os portugueses à defesa da Restauração, contra aqueles que ainda mantinham fidelidade ao castelhano, ou contra os reticentes que ainda aguardavam a evolução da conjuntura. Curiosamente, na página de título, o autor é identificado como *brasiliense, natural do Rio de Janeiro*.¹⁶ Fala Diogo Gomes Carneiro de sua pátria: Portugal. Ele defende a autonomia do reino e o direito de ter rei natural, português.

Como diversos portugueses, esse último autor nasceu na província do Rio de Janeiro, e não na colônia. Ele e seus contemporâneos não acreditavam que aquela parte dos domínios de Portugal fosse um Estado diferente, uma pátria diferente. Refiro-me aqui, é claro, àqueles descendentes de portugueses nascidos na Europa. Os índios das diversas nações eram os povos sob domínio efetivo dos portugueses, e daqueles portugueses que aqui viam. Os africanos de diferentes nações, a outro título, também eram povos sob o domínio da mesma gente. E os portugueses do Brasil, os *brasilienses* como Diogo Gomes Carneiro, se viam como os beirões, os minhotos, os alentejanos, os algarvios etc. como gente de uma província do reino.

É importante registrar o surgimento da palavra *brasiliense*, designando os portugueses do Brasil exatamente nestes anos 1640. Ela também aparece num outro texto, já bem mais conhecido, relatando a aclamação de D. João IV na cidade do Rio de Janeiro. O trecho em que se fala de *brasilienses* é o seguinte:

Viu-se aquela noite a cidade toda ornada de luzes, tão brilhante de invenções, tão lustrosa de fogos, e tão inquieta de vivas pelas ruas, e artilharia dos navios, e fortalezas, que de uma parte parecia que o céu havia trasladado as estrelas nas janelas, e de outra, que a abrasada Tróia e representava na confusão das vozes, e repetições da pólvora, efeitos de amor, mostras do que nas veras, quando se

ofereça, gastarão os leais ânimos dos portugueses, e brasilienses em serviço de seu verdadeiro Rei, e senhor Português.¹⁷

Identificavam-se, portanto, os do Rio de Janeiro, como gente nascida na América, e tão disposta a gastar em serviço de seu verdadeiro rei quanto os nascidos na Europa. Os portugueses do Brasil, designados por uma palavra própria e diversa daquela usada para designar os gentios (brasilienses e brasis, respectivamente), demonstraram igual ânimo na aclamação de seu rei e senhor português: estes aqui nascidos em nada diferiam dos lá nascidos no que toca à disposição em comemorar a deposição do rei castelhano e a ascensão de D. João IV, rei natural.

De fato, os do Brasil não se viam dominados por Portugueses, por uma metrópole poderosa, absolutista etc. Ao contrário, eles se viam como portugueses que dominavam os brasis – gentios, índios – e que se serviam do trabalho compulsório dos africanos e de seus descendentes. Esses eram os *brasilienses*.

Ao contrário do que boa parte daquilo que vem registrado há algum tempo, os brasilienses e os portugueses não eram *súditos* de monarca algum e não era isso que lhes dava marca identitária.¹⁸ Esses homens, nascidos nas diversas províncias de Portugal eram *vassalos* de seus reis e a diferença que vai de vassalo a súdito é bem maior do que aquela de brasiliense a brasileiro, de província a colônia. Enfim, ser *vassalo* de D. João IV conferia identidade, como também falar português, ser filho de portugueses e nascer numa das províncias do reino.

A troca de um vocábulo em uso nos séculos XVI, XVII e XVIII por outro do século XIX denuncia um problema que efetivamente percorre os estudos históricos e é a grande dor de cabeça dos profissionais dedicados ao exame do passado. Transformar a Província do Brasil em Colônia é desfazer toda sua trajetória vivida, trocá-la por outra, mais cômoda para designar aquilo que o presente exige de seus intelectuais. Contudo, o presente evolui e se transforma, e aquilo que já foi exigência presente, hoje é exigência passada.

Voltando ao problema identitário, os brasilienses efetivamente se viam como parte do conjunto dos portugueses do mundo, eles entendiam o seu espaço físico de vida e de intervenção como Província do reino de Portugal. Aquilo que os diferenciava dos demais lusitanos, que fazia distinta sua vida, ligava-se às condições do território que ocupavam, às populações que exploravam e aos modos de extração das riquezas locais. Tudo o mais, fundador de sua identidade, permanecia o mesmo: língua, religião, política, cultura civil, assistência pública, etc. Difícil imaginar que essa gente pudesse se ver como subordinada a, ou dominada por, seus compatriotas do Velho Mundo.

De fato, a condição colonial não fazia parte do mundo lusófono ao menos até o final do século XVIII. Esta condição acompanhou o uso da palavra, ou sua ausência, ao longo dos três primeiros séculos desde a chegada da frota de Pedro Álvares Cabral à costa sul da América. Os brasileiros e os demais portugueses não usavam esta palavra para designar as relações entre eles porque não viam, nem existia, o domínio de uns sobre os outros. Se domínio houve, e efetivamente houve, ele ocorria sobre os indígenas e não sobre os brasileiros, sobre os portugueses da América.

Ao adotarmos esse conceito para a compreensão de um passado, realizamos uma dupla operação bastante complexa. Em primeiro lugar, tratamos o tempo em que éramos portugueses como se fora coisa abjeta. Como se os portugueses que “dominavam” a “colônia” fossem exclusivamente uma gente ávida de retirar a riqueza produzida pelo trabalho escravo no Brasil. Pensamos a tributação do Império luso como se fosse absurda, como se o quinto do ouro fosse um imposto descabido (o quinto era o imposto sobre este produto cobrado nas Minas Gerais)¹⁹; pensamos num acúmulo de capital em Lisboa como se fosse coisa indevida, coisa de metrópole, como se o capital pudesse ser acumulado e se reproduzir na América Portuguesa, ou no Alentejo na mesma velocidade com que o fazia na capital, supondo que migrasse para lá.

Ainda que deixemos formalmente de lado a antiga oposição entre povoamento e exploração na conquista do Novo Mundo, ela parece insistentemente governar a reflexão sobre nosso passado, e nunca é demasiado lembrar a crítica que o bom senso faz sobre essa contraposição: não é cabível explorar sem povoar, nem povoar sem explorar. Ademais, ninguém explora uma pedra ou uma árvore, um lugar do espaço físico. Explora-se o trabalho de alguém. A América Portuguesa foi um lugar onde a exploração do trabalho compulsório foi a forma adotada para acelerar a ocupação do território, a expansão econômica e a ampliação da cristandade.

A própria noção do domínio externo por outrem não era cabível uma vez que o português da Europa não era “outro”, era o “mesmo”. Aquele para quem não fazia sentido o trabalho escravo no reino, era o mesmo que o explorava na América e que comerciava homens na África. Quem aguardava a vinda do Vice-Rei o fazia esperando um legítimo dirigente para a América Portuguesa, ou para um dos diversos governos de Portugal deste lado do mar. Aguardava o governante tal e qual o faziam os algarvios para com seus governadores. Esperar que os homens do século XVII aspirassem à escolha dos seus dirigentes é, no mínimo, um grande anacronismo.

Em segundo lugar, adotar o conceito de “colônia” nos descaracteriza: nós mesmos roubamos nossa identidade pregressa. Se os brasilienses eram gente que se diferenciava dos lusos pela exploração do trabalho compulsório e por sua extensão no conjunto da força-de-trabalho, isso não fazia deles colonos. Por mais que, com o passar do tempo, “brasiliense” fosse incorporando a identidade escravocrata e se confundindo com ela, “colonos”, esses da América Portuguesa não eram. A distância entre uma coisa e outra é bastante grande e, sempre é bom repetir: aqueles portugueses que exploravam o trabalho compulsório indígena ou africano eram os brasilienses, os portugueses da América, nossos antepassados.

Também no terreno da cultura, aceitar o adjetivo “colonial” significa, antes de tudo, subsumir a cultura lusa do Brasil de outrora a uma dinâmica que não lhe seria própria. De fato, os autores daquele tempo mostravam que a lógica de suas composições não se atrelava a uma cultura dominante e localizada na Península Ibérica. Ao contrário, compunham obras expressivas de sua própria cultura, vinculada a seus próprios modos de vida. Ao impormos uma entidade inexistente sobre o passado nos desobrigamos de considerar como antepassados todos, ou quase todos, os escritores da América Portuguesa. Deixariam de ser brasilienses Antônio Vieira, Simão de Vasconcelos, Alexandre de Gusmão, Antônio de Sá, José Monteiro da Rocha, Valentin Stansel, para só falar de jesuítas que se destacaram na cultura da América Portuguesa. Situação dramática, sem sombra de dúvida, entre todas, a do Padre Vieira. Alguém que chegou menino à Bahia, ganhou as primeiras letras por lá, aprendeu Filosofia e Teologia em Salvador e tornou-se um dos principais conselheiros de D. João IV e de D. Luísa de Gusmão; foi protegido pelo Papa da fúria inquisitorial lusitana e, vendo à distância, o mais importante escritor da língua portuguesa do século XVII; ele não pode ser entendido como um pensador da “colônia”, ainda que boa parte dos temas e dos conflitos de sua vida fossem ligados às políticas da Companhia de Jesus no Novo Mundo.

De nada nos serve o abandono dos filósofos, dos teólogos, dos historiadores, dos poetas, dos artistas, arquitetos, engenheiros, astrônomos etc. que viveram na América nos séculos em que éramos portugueses. Além de perdermos companhia valiosa, ao aceitarmos o conceito em questão – “colônia” – reduzimos a gênese da cultura que compartilhamos apenas às suas formas mais diferenciadas do que havia em Portugal. E, curiosamente, a língua que falamos, aquela em que vem escrito o presente texto, aquela que governa as manifestações culturais do Brasil é português! Ou seja, aquilo que domina a

cultura, continua sendo bastante brasiliense, bastante português ultramarino, por mais que desejemos ver na nossa cultura antepassada sobretudo seus traços menos lusitanos. O capoeira de Salvador comunica-se em português com seus parceiros, o pai-de-santo fala na mesma língua com seus fiéis, o antropólogo que os estuda também. Prega o pároco o seu sermão também em português. As canções que ouvimos são cantadas em português, as danças, as festas são partilhadas em português. Mesma língua para todos, ainda que tenha fortes traços dialetais.

Anular o oleiro ativo no século XVII, sob argumento de que todos os utensílios domésticos vinham do reino; esquecer o arquiteto, com a estranha informação de que os edifícios coloniais tinham suas plantas feitas em Portugal, o mesmo para o astrônomo, o médico etc. é um trabalho que acaba nos lançando no fundo movediço de um povo sem passado, que viveu três séculos para outrem, sem cultura erudita. Seria o Brasil um lugar do planeta, talvez o único, onde tudo começa a partir do vazio, contrariando a antiga tese filosófica: “nada pode sair de onde nada há”.

O grande problema sobre o qual os historiadores se debruçam sempre foi a passagem do tempo. De fato, as diversas refundações da brasilidade ao longo dos dois últimos séculos nos colocaram diante de severas questões quanto ao passado, quanto ao tempo em que éramos portugueses. Resolver esse tempo com fantasias coloniais, como se as primeiras décadas do século XIX pudessem fornecer o material intelectual para explicar os três séculos anteriores, foram apenas exigência de um Brasil recém-separado de Portugal, ainda governado por portugueses e por brasileiros, desejoso de exercer sua nova condição; ou, décadas mais tarde, desejoso de abafar um passado escravista que insistia em permanecer; ou ainda, um século depois, desejo de uma modernidade não-ibérica, francesa, anglo-saxã ou russa.

Resolver o presente incorporando os explorados de outrora, ou os descendentes do regime de escravidão, também é processo lento e os acontecimentos de agora, do século XXI, sugerem que esse esforço está muito longe de ter chegado a seu termo, ainda que resolvamos idealmente a nacionalidade de modo muito diferente daquilo que seria cabível aos brasilienses dos tempos progressos. A idéia de brasilidade, na realidade, evoluiu bastante desde nossa Independência e sobretudo ao longo do século passado. Incorporar os índios, os africanos, os recém-imigrados e seus descendentes não é operação simples e isenta de conflitos e de severas conseqüências. Utilizar o conceito de “colônia” cumpre bem a função de igualar, ou ao menos aproximar, idealmente os portugueses do Novo Mundo àquelas populações

que eles dominavam: afinal, os brasilienses seriam também dominados pela “metrópole”. Com isso, ganhou-se material para a expansão da brasilidade em novas bases: brasileiro é aquele aqui nascido; filho de europeus, de africanos, de índios, não importa.

Mas essa operação não venceu o mais consistente inimigo: a desigualdade social e cultural entre os homens daqui. E certamente, camuflar um passado brasiliense com a ficção de sua subordinação a outrem, além de nos privar de realizações pregressas, permite estranhezas como a doutrina da reparação de danos ancestrais, como se a história contada fosse argumento mais poderoso que o drama presente vivido por milhões de pessoas. Talvez o “Brasil Colônia” só venha a acabar quando os brasileiros reconheçam sua igualdade social e jurídica. Mas para isso, ela deve ser, antes de tudo, parte efetiva do mundo.

Notas

¹ O autor agradece ao CNPq por lhe ter fornecido os meios para a realização deste trabalho.

² BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

³ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português e Latino*. Coimbra, 1712, v. 2, p. 349.

⁴ DURÃO, José de Santa Rita. *Caramurú. Poema épico do descobrimento da Bahia*. Salvador: Serva, 1837, p. 268. A passagem se encontra no Canto IX, estrofe 28.

⁵ *Ibid.*, p.236, Canto VIII, estrofe 28.

⁶ *Ibid.*, p.294, Canto X, estrofe 23.

⁷ BASÍLIO DA GAMA, José. *O Uruguai*. Rio de Janeiro: Record, 2007, canto segundo, p. 41.

⁸ “Meneses, O Coronel Francisco Antônio Cardoso de Meneses, hoje Governador da Colônia”. Cf. *Ibid.*, canto primeiro, p. 25.

⁹ WILKENS, João Henrique. *A Muhuraida, ou a conversão e reconciliação do gentio Muhra*. Lisboa: Imprensa Régia, 1819.

¹⁰ ROCHA PITA, Sebastião da. *História da América Portuguesa*. São Paulo/Belo Horizonte: EDUSP/Itatiaia, 1976.

¹¹ Sobre os Esquecidos e demais academias do Brasil no século XVIII: KANTOR, Íris. *Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica Luso-Americana 1734-1759*. São Paulo: Hucitec, 2004. Os textos principais dos Esquecidos podem ser encontrados na edição: CASTELLO, José Aderaldo. *O Movimento academicista no Brasil*. São Paulo: Secretaria de Cultura, 1969-78.

¹² A poesia de Gregório de Matos tem atraído as atenções já há bastante tempo. Cf. HANSEN, João Adolfo: *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

¹³ FREYRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia. História da Guerra Brasileira*. Lisboa: João Galvão, 1675, p. 159, por exemplo.

¹⁴ SALVADOR, Vicente do. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1889. A obra foi composta em 1627 e permaneceu inédita até o século XIX.

¹⁵ TEIXEIRA, Bento. “Prosopopéia”. In: TEIXEIRA, Ivan (org.) *Multiclássicos*. São Paulo: EDUSP, 2008. A Primeira edição desse poema foi publicada em Lisboa em 1601.

¹⁶ CARNEIRO, Diogo Gomes. *Oração Apodixica aos Scismaticos da Patria*. Lisboa: Lourenço de Anvers, 1641. O livro saiu publicado em setembro de 1641, segundo a data da taxaço.

¹⁷ *Relaçam da aclamação que se fez na capitania do Rio de Janeiro do Estado do Brasil, e nas mais do Sul, ao Senhor Rey Dom João o IV por verdadeiro Rey*. Lisboa: Jorge Rodrigues, 1641, sn. Este folheto foi publicado em novembro de 1641, segundo a taxaço. Pode-se especular que o uso dessa palavra fosse uma singularidade do Rio de Janeiro, mas isso não a faz menos expressiva.

¹⁸ O debate acerca da identidade brasileira é mais antigo que a própria configuração do Brasil. Ao contrário do que já se imaginou, é tema presente e sujeito a acaloradas discussões. Cf. JANCSÓ, István. “Brasil e Brasileiros – notas sobre modelagem de significados políticos na crise do Antigo Regime Português na América”, *Estudos Avançados* 22 (62), 2008, p. 257-74.

¹⁹ Nunca é demasiado lembrar que essa taxaço correspondia a 20% do produto, algo parecido com o ICMS médio cobrado pelos Estados no Brasil da atualidade, o moderno imposto do comércio e dos serviços.

Resumo

O costume de tratarmos o tempo em que éramos portugueses como a “época da colônia” carrega conseqüências graves. Ao invés de procurarmos a origem da brasilidade naquilo que nos consolida como povo e como cultura, na língua, optamos por aquilo que nos diferencia dos nossos antigos governantes. Fazemos isso como se a “colônia” e a dissolução dos vínculos coloniais estivessem na ordem do dia. Com isso, retiramos voluntariamente nosso passado de nossa História, gerando graves problemas de interpretação das origens dos problemas do presente.

Palavras-chave

colônia, história, Brasil.

Recebido para publicação em

Abstract

The custom of treating the time in what we are Portuguese as the “time of the colony” brings serious consequences. Instead of looking for the origin of the brasilidade in what it consolidates us like people and like culture, in the language, we choose what differentiates us of our ancients. Everything goes on as the “colony” and the debauchery of the colonial bonds were in the order of the day. So, we withdraw voluntary our past of our History, producing serious problems of interpretation of the origins of the problems of the present.

Key words

colony, history, Brazil.

Aceito em

